

# A inclusão de estudantes com deficiência na educação profissional por intermédio dos processos básicos e das dimensões da aprendizagem de Knud Illeris

*The inclusion of students with disabilities in vocational education through the basic processes and dimensions of learning by Knud Illeris*

 Antônio Marcos Soares da Conceição \*

Recebido em: 8 jan. 2024  
Aprovado em: 10 fev. 2025

**Resumo:** Entre o elenco de trabalhadores que atuam na Educação Profissional inclusiva existe uma preocupação crescente quanto à aprendizagem do estudante com deficiência. Os desafios para que o estudante com deficiência permaneça na Educação Profissional e Tecnológica - EPT inclusiva requerem providências como a implementação de recursos e estratégias específicas que vão ao encontro das necessidades do estudante. Este trabalho de cunho descritivo tem como objetivo conhecer as teorias da aprendizagem de Illeris (2013), bem como analisar as ações que visem à permanência do estudante na EPT, visto que o acesso já está garantido por meio da legislação. Pretendeu-se descrever, a partir de estudo qualitativo, de tipo bibliográfico, as considerações do teórico Illeris (2013), a respeito da compreensão abrangente sobre a aprendizagem humana, dialogando sobre a inclusão do estudante com deficiência na EPT na intenção de contribuir para a inclusão e a integração de todos, sem distinção de dificuldades físicas, intelectuais ou sensoriais.

**Palavras-chave:** Teorias da aprendizagem. Permanência. PcD. EPT.

**Abstract:** Among the list of workers who work in Professional Education there is a growing concern about the learning of students with disabilities. The challenges for students with disabilities too remain inclusive: Professional and Technological Education - EPT require measures such as the implementation of specific resources and strategies that meet the needs of the student. This descriptive work aims to know the theories of learning of Illeris (2013), as well as to analyze the actions aimed at the permanence of students in EFA, since access is already guaranteed through legislation. It was intended to describe, from a qualitative study, of bibliographic type, the considerations of the theorist Illeris (2013), regarding the comprehensive understanding of human learning, dialoguing about the inclusion of students with disabilities in EFA with the intention of contributing to the inclusion and integration of all, without distinction of physical, intellectual or sensory difficulties.

**Keywords:** Theories of learning. Permanence. PcD. EPT.

\* Mestre em Educação Profissional Científica e Tecnológica pelo Instituto Federal de ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e professor de atividades na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: marcosbrucy@gmail.com

## Introdução

Vivemos um momento histórico sob a desconstrução de uma concepção de Educação Profissional e Tecnológica capacitista e a pretensão de assegurar melhores condições de vida e formação integral para as Pessoas com Deficiência - PcD. Com isso, a inclusão tem ganhado visibilidade em diferentes áreas nos últimos anos, entre essas, na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, por meio da temática EPT inclusiva.

Em dezembro de 2006, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU adotou a resolução que instituiu a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, cuja finalidade é “proteger e garantir o total e igual acesso a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, e promover o respeito à sua dignidade” (Brasil, 2009). No Brasil, considera-se que um dos princípios norteadores da EPT é a

[...] observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade” (Brasil, 2021, p. 2).

A aprendizagem faz parte da vida humana, inicia-se no nascimento e se estende até a morte. Atribuir uma definição única para a aprendizagem é uma atividade difícil, visto que esta pode ser analisada à luz de diversas teorias. Destacamos que o processo de aprendizagem e suas teorias têm sido muito discutidos, principalmente quando se deseja a formação integral do estudante. Nesse sentido, considerar os aspectos atitudinais, as habilidades, os interesses e a personalidade dos sujeitos pode contribuir para aprendizagem significativa que acompanha a vida de cada pessoa.

Em resumo, este trabalho objetiva conhecer as teorias da aprendizagem de Illeris (2013), bem como analisar as estratégias e ações que favorecem a permanência de estudantes com deficiências na Educação Profissional e Tecnológica, investigando os fatores que contribuem para sua inclusão efetiva e o sucesso acadêmico nesse contexto.

Menciona-se o acesso proporcionado por meio da legislação, a qual procura garantir a permanência do estudante nesse meio. Destacam-se as ações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNEs como importante referência de integração social do estudante com deficiência e, por fim, dialoga sobre as possibilidades de uma inclusão efetiva à luz do conhecimento a respeito das teorias da aprendizagem apresentadas pelo autor.

Como método, este estudo adotou abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico, como objetivo de descrever

e analisar contribuições teóricas sobre a compreensão abrangente da aprendizagem humana. A pesquisa buscou dialogar com essas teorias com o contexto da inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional, visando identificar subsídios teóricos que venham a contribuir para práticas educacionais mais inclusivas e integradoras.

## O acesso de estudantes com Deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT): desafios e estratégias para a inclusão efetiva

Falar sobre inclusão escolar, especificamente sobre a inclusão dos estudantes com deficiências na EPT, nos remete ao movimento político-educacional traçado nos anos 1990, tendo como base a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagens* e a *Declaração de Salamanca sobre a Preparação para a vida adulta e a formação para o trabalho* de 1994, que se materializa no entendimento com a criação dos Institutos Federais a partir da Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008).

Tais marcos nos deram uma nova forma de pensar a EPT, estabelecendo uma visão educativa baseada na inclusão de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiências, e no acesso e na permanência da classe trabalhadora, pela Lei nº 12.711/2012, a uma educação de qualidade que pudesse desfazer a tradicional divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (Brasil, 2012).

Em face desta discussão sobre inclusão, acesso e permanência do estudante com deficiência na EPT, percebemos avanço nos Institutos Federais – IFs em decorrência da alteração da Lei Nº 12.711/2012, Lei das Cotas, pela Lei Nº 13.409/2016, que passou a garantir a reserva de vagas nos institutos e universidades para esse segmento (Brasil, 2016), segundo a qual:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (Brasil 2016; grifos nossos)

O acesso dos estudantes com deficiência nas instituições federais exige a adoção de um conjunto de medidas que possibilitem maior efetividade no processo de inclusão, as quais devem estar presentes em todos os aspectos no espaço da EPT – pedagógico, atitudinal, estrutural. Para garantir este acesso e permanência dos estudantes PcD e para contribuir com a formação continuada dos docentes para com este tema, o Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP, 2006), implantou os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) no âmbito dos Institutos Federais.

O programa TEC NEP surgiu em meados dos anos 2000 como a primeira experiência de educação inclusiva da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Silva, 2020). O TEC NEP, conforme Nascimento e Faria (2013), foi estruturado nos seguintes momentos: no primeiro momento que vai de 2000 a 2003, temos a Mobilização e Sensibilização; logo depois, de 2003 a 2006, a Consolidação dos Grupos Gestores, dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com necessidades Específicas – NAPNEs; e no terceiro momento de 2007 a 2009, notam-se a formação de recursos humanos e o uso e desenvolvimento de tecnologias assistivas.

As definições de siglas para os NAPNEs não são unânimes, no entanto o objetivo é comum: esses núcleos constituem-se como o setor que realiza movimento voltado para inclusão escolar dentro dos IFs. O NAPNE é ligado à Pró-Reitoria de Extensão e, nos *campi*, à Direção Geral. Conforme regulamento (Resolução N.º 024-2013/CS-IFB), o núcleo apresenta-se como um setor de caráter consultivo, operando sobre trabalho de assessoria, emissão de conselhos a respeito de algo, prestação de opinião sobre determinado assunto com o objetivo de colaborar em tomada de decisões.

O NAPNE, dentro de uma instituição que oferta educação profissional e tecnológica, exerce, junto a ela, papel importante de promoção social, tendo o compromisso de oferecer formação para o trabalho, justa, igualitária, emancipatória e democrática.

A perspectiva de trabalho desse Núcleo, de acordo com a Resolução nº 024-2013/CS-IFB, além das que já foram citadas, deve ainda:

[...] articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades, uso e desenvolvimento de tecnologia assistiva, além de material didático pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas. Prestar assessoria aos dirigentes do Campus em questões relativas à inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas. Estimular o espírito de inclusão na comunidade interna e externa, de modo que o(a) estudante em seu percurso formativo, adquira conhecimentos técnicos, científicos e valores sociais consistentes, que o levem a atuar na sociedade de forma consciente e comprometida (Brasil, 2013).

Conforme posto, o NAPNE possui atribuições que caminham no sentido de favorecer ambiente em que a diversidade não pode ser considerada como algo que precisa ser corrigida ou tolerada. Pelo contrário, o olhar inclusivo e a diversidade proposta trazem a possibilidade de um caminho para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua atuação no mercado de trabalho e no mundo. Por isso, o trabalho do Núcleo assume dimensão de formação integral.

Considerando que o público-alvo deste núcleo são os estudantes com deficiência, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial; estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA); estudantes com altas habilidades/superdotação e ainda os Transtornos Funcionais Específicos – TFE, como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, ressalta-se que nem todos que acessaram por meio da lei de cotas por deficiência necessitam de acompanhamento sistemático.

Após o acesso, para que a permanência do estudante PcD seja efetiva, torna-se necessário observar os caminhos trilhados por este estudante e as ações continuadas que lhe são ofertadas, as quais lhe possibilitem o Atendimento Especializado: leitor, conforme necessidade específica; intérprete de LIBRAS; acréscimo de tempo para a realização de atividades e avaliações, conforme necessidade; planejamento inclusivo; acolhimento individualizado; além de tudo o que está garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

A Lei nº 9.394 de 1996 (LDBEN), destina o Capítulo V inteiramente à Educação Especial. É importante destacar que a LDBEN garante em seu Artigo 59 que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades especiais:

[...] currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as suas necessidades; terminologia específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (Brasil, 1996, p. 6).

No caso de estudantes com deficiências na EPT, a realidade mostra que escolas públicas federais, estaduais ou municipais, revelam pouca sensibilidade para acolher esse público específico, embora o discurso pedagógico afirme o contrário (Conceição; Machado, 2022). Na verdade, as dificuldades das escolas estão na falta de cultura organizacional operada a partir do estudante e não dos programas de ensino aos quais o discente deve se curvar dentro de um princípio de encaixe e padronização (Viegas, 2003). Essa visão é a negação do próprio sentido da educação, que, como diz Freire (1982, p. 24), “deveria ajudar as pessoas no exercício de sua expressividade humana”.

## Estratégias de permanência para estudantes com Deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT): uma análise à luz das teorias da aprendizagem

Knud Illeris, nascido em 1939, é pesquisador dinamarquês e professor adjunto honorário do *Teachers College* da Universidade de Columbia, na cidade de Nova York (Figura 1). Seu trabalho é focado no desenvolvimento de habilidades e aprendizagem humana, aplicado principalmente com uma combinação entre as abordagens de Piaget e a teoria crítica da Escola de Frankfurt.

Em seu texto “Uma compreensão abrangente sobre a aprendizagem humana”, destaca que muitas teorias da aprendizagem foram produzidas desde o final do século XIX. De algum modo, ele procura dar conta dessa pluralidade, formulando uma organização própria a partir da diversidade dessas teorias, apresentando a seguinte definição de aprendizagem: “qualquer processo que, em organismos vivos, leve a uma mudança permanente em capacidades e que não se deva unicamente ao amadurecimento biológico ou ao envelhecimento” (Illeris, 2013, p. 16).

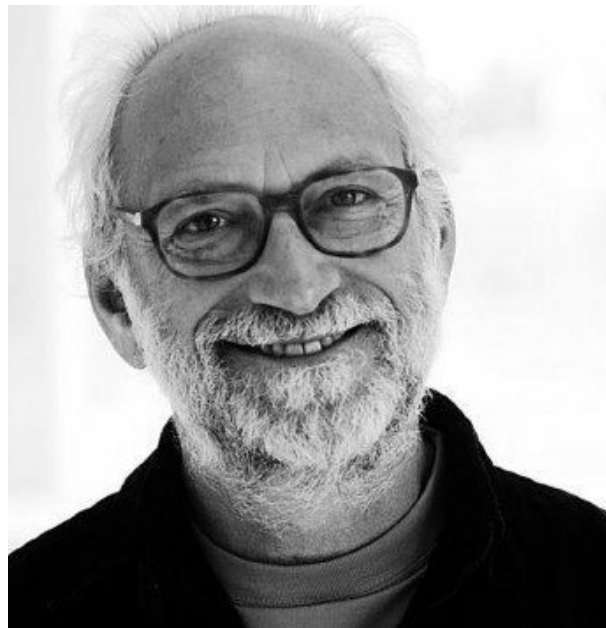
O autor destaca que a aprendizagem, por ser um processo complexo, envolve aspectos psicológicos, biológicos e sociais. Todos esses elementos são importantes. Além disso, há aspectos da aprendizagem que são internos dos indivíduos (elaboração, aquisição) e outros que são externos (ambiente social, cultural, material).

Normalmente, as teorias de aprendizagem se concentram mais em um desses processos, internos ou externos. O *behaviorismo*, por exemplo, dá destaque a processos internos. Já “as teorias de aprendizagem social” privilegiam aspectos externos em suas análises.

Na década de 1990, Illeris estabeleceu três dimensões da aprendizagem e desenvolvimento de competências:

1. Dimensão do Conteúdo (Funcionalidade): refere-se àquilo que é aprendido, os conteúdos de aprendizagem, a capacidade do aprendiz e compreensão do indivíduo. Integrada ao processo interno psicológico do aprendiz de elaboração e aquisição, essa dimensão confunde-se com habilidade, raciocínio, conhecimento, estratégias, significados, métodos, entre outros. “A busca do indivíduo envolve construir significado e capacidade para lidar com os desafios da vida prática e, assim, desenvolver uma funcionalidade pessoal geral”. (Illeris, 2013, p. 18).
2. Dimensão do Incentivo (Sensibilidade): compreendem elementos como emoção, sentimento, aspiração, pretensão e motivação. Nesta dimensão, faz-se necessário direcionar a energia mental do aprendiz para a construção do processo de aprendizagem. [...] “é garantir o equilíbrio mental contínuo do indivíduo e, assim, desenvolver simultaneamente

Figura 1 – Knud Illeris



Fonte: <https://alchetron.com/Knud-Illeris>

uma sensibilidade pessoal”. (Illeris, 2013, p. 18). Associada, também, ao processo de elaboração e aquisição do indivíduo, com incentivos continuamente inspirados pelos conteúdos, por novas informações.

3. Dimensão da Interação (Integração): A constituição desta ocorre fundamentalmente por intermédio das dimensões de Funcionalidade e Sensibilidade. Este campo assegura os estímulos necessários que dão início ao processo de aprendizagem, podendo acontecer em diversas formas: atividade, experiência, inteligência, transmissão, repetição, participação, entre outros (Illeris, 2016), pois “serve à integração pessoal em comunidades e na sociedade e, assim, também constrói a socialidade do indivíduo” (Illeris, 2013, p. 19). Está integrada ao processo externo do aprendiz de ação, comunicação e cooperação.

Com isso, podemos concluir que o processo de aprendizagem do sujeito, com ou sem deficiência, ocorre a partir da obtenção de conhecimentos, habilidades e de vivência em ambientes, por intermédio da experiência, do estudo ou do ensino. Sendo assim, o educador/professor necessita criar condições de aprendizagem, seja por um aspecto interno ou externo, em que o educando se envolva inteiramente no processo e esteja motivado para assimilação de novos conhecimentos.

Pensar sobre como o estudante com deficiência na EPT inclusiva pode aprender tornou-se o principal questionamento, quando nos propomos a pesquisar a respeito das teorias da aprendizagem. Se considerarmos que



buscamos formar um indivíduo que tome conhecimento dos saberes historicamente acumulados (Saviani, 1991), atuando criticamente na vida em sociedade, devemos, enquanto professores, elaborar vários planejamentos de aula com estratégias que potencializem a aprendizagem do estudante. Afinal, é sabido que nem todos os estudantes seguem sempre os mesmos caminhos para a construção do conhecimento.

Como já considerado anteriormente, segundo Illeris, (2013, p. 16), a aprendizagem pode ser conceituada de uma forma bastante ampla, pois considera que nesse processo é preciso levar em conta as condições que influenciam o meio, o contexto social no qual o estudante está inserido, suas necessidades específicas, as condições estruturais para que a aprendizagem ocorra e as disposições que o estudante apresenta.

Trazendo o conceito psicanalítico de transferência – que o autor alude aos “incentivos”, observa-se que a relação professor-estudante em relação à aprendizagem pode acontecer quando o estudante se volta para a figura do professor como objeto de desejo inconsciente, ou seja, o discente vê no professor aquele que sabe como ensiná-lo e que é capaz de desempenhar este papel (Conceição; Machado, 2023). Nas palavras de Illeris, “a aprendizagem é motivada por desejo, interesse, necessidade ou compulsão” (Illeris, 2013, p. 18).

O autor apresenta, ainda, outras duas dimensões da aprendizagem. A dimensão do conteúdo refere-se ao que aprendemos e à maneira como estabelecemos conexões com esse conhecimento, construindo significados para os desafios da vida, e a dimensão do incentivo que dá sentido e valor ao que aprendemos.

Quando se faz esse diálogo com a EPT inclusiva, percebe-se quão importante é a relação, a motivação e a integração entre os docentes, estudantes, familiares e demais servidores da escola no processo de aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais. Estas ações são necessárias para a criação de estratégias de ensino que fortaleçam a aprendizagem e a potencialidade do estudante (Conceição; Machado, 2022).

Logo, é essencial que todos os profissionais que terão contato com os estudantes com deficiência na EPT inclusiva tenham formação sólida, humana, capaz de auxiliá-los da melhor maneira possível. A deficiência deve ser considerada, neste processo de aprendizagem, mas nunca deverá ser fator determinante para aquilo que pode ou não pode ser ensinado (Conceição; Machado, 2022).

Para que a aprendizagem ocorra de forma satisfatória deve-se conhecer o estudante, saber quem ele é, bem como suas fragilidades e potencialidades pedagógicas. Partindo deste princípio, podem-se elaborar objetivos e atividades que busquem superar os pontos vulneráveis

e que fortaleçam as capacidades que o estudante apresenta, sempre considerando o que o aluno já sabe, o seu conhecimento de mundo, sua forma de interagir com os outros, seu modo particular de aprender.

São apresentadas quatro tipos de aprendizagem pelo autor: cumulativa, quando o estudante aprende algo sem contexto ou significado pessoal; assimilativa, quando a aprendizagem resulta de atividade ou conhecimento anterior, da experiência individual do estudante; acomodativa, quando existe a modificação de sistemas internos para a adaptação da nova situação ou do novo conhecimento e, por fim, a aprendizagem significativa, que acontece pela reestruturação conjunta de todo o esquema de padrões das aprendizagens anteriores (Illeris 2013).

Considerando os tipos de aprendizagem, especificamente focados no sucesso escolar e na inclusão do estudante com deficiência, faz-se necessário levantar o questionamento no contexto atual: A função da EPT é instruir e transformar conhecimentos, formando integralmente o estudante seja ele PcD ou não? Se avaliarmos isso, para que a formação integral do estudante aconteça, o papel da EPT deve passar por todos esses processos/ tipos de aprendizagem, seja ela assimilativa, acomodativa, cumulativa e significativa.

É preciso dizer não à instrumentalização dos tipos da aprendizagem, pela transmissão de conteúdos sem reflexão sobre a realidade do estudante, e sim à formação social por meio de atividades e posturas relacionadas, que sejam planejadas valorizando a liberdade e o conhecimento que o estudante possui.

## Considerações finais

A inclusão na EPT deve proporcionar, ao estudante com deficiência, possibilidades a partir de conteúdos, incentivos e objetivos de aprendizagem, possibilitando aprendizagem significativa para sua formação integral. Os processos e dimensões que Knud Illeris apresenta estão muito ligados a um formato de aprendizagem que permite a interação entre aquele que ensina com aquele que aprende e o meio social.

A intenção deste trabalho, neste diálogo ou em qualquer outro que se estabeleça sobre este tema, não é reduzir a docência a receitas metodológicas que tiram a subjetividade, o reconhecimento e o valor do professor, nem tão pouco colocar o estudante como um ser passivo no processo de ensino. Pelo contrário, a intenção é afirmar a importância dos laços sociais, culturais, atuais e atitudinais com que o professor lida em sua prática na diversidade da sala de aula, a fim de garantir a permanência do estudante com deficiência por meio do planejamento inclusivo e de ações que visem à aprendizagem, valorizando as diferenças e possibilitando a construção coletiva do conhecimento. ■

## Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União** Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 ago. 2009.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. **Resolução nº 024-2013/CS-IFB**. Brasília: outubro de 2013. Disponível em: [https://www.ifb.edu.br/attachments/5694\\_024\\_Regulamento%20Napne.pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/5694_024_Regulamento%20Napne.pdf). Acesso em: 30 nov. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 7 de jul. 2016.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** Seção 1, de 30 dez. 2008. Brasília, 2008.
- BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 30 ago. 2012. Brasília, 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 dez. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais**: Documento base. Brasília, 2006.
- CONCEIÇÃO, Antonio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro. A formação continuada de professores na educação profissional e tecnológica: inclusão e permanência do estudante com deficiência. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 124-136, 2022. DOI: 10.36732/riep.v4i2.258. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/258>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- CONCEIÇÃO, Antonio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro. In: **Educação e ensino em diferentes contextos: entre saberes e práticas** [recurso eletrônico]/[org.] Cleber Bianchessi. – Curitiba: Editora Bagai, 2023. DOI: <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-195-8.11.03.23>.
- COSTA, Luciane Silva da; ALMEIDA, Tânia Santana de; PEREIRA, Maxuell Machado; DIAS, William Jhone Ferreira; FREITAS, Saniel Paiva. **NAPNE: visibilidade das ações na rede federal de educação profissional e tecnológica**. Jornada de iniciação científica e extensão – IFTO, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ILLERIS, Knud. Uma compreensão abrangente sobre a aprendizagem humana. In: **Teorias contemporâneas da aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- ILLERIS, Knud. **How we learn: learning and non-learning in school and beyond**. Routledge, 2016.
- NASCIMENTO, Franklin Costa do; FARIA, Rogério. A questão da inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Ação TEC NEP. In: NASCIMENTO, Franklin Costa do; FLORINDO, Girlane Maria Ferreira; SILVA, Neide Samico da (org.). **Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção**. Brasília, DF: IFB, 2013. p. 13-23. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/article/viewFile/185/86>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- SILVA, Antônio Soares Júnior da. **Possibilidades de acesso e permanência da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica de nível médio no IFSul**. Sapucaia do Sul, 2020.
- VIEGAS, Conceição de Maria Corrêa. **Educação Profissional: indicações para a ação: a interface da educação profissional/educação especial**. Brasília. MEC/SEESP, 2003.